



Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

Relatório e Contas 2009

Relatório e Contas 2009

Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.



Índice

5	Dados sobre a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.
7	Composição dos Órgãos Sociais
9	Relatório do Conselho de Administração
29	Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.
30	Balanço e Demonstração de Resultados
37	Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
45	Certificação Legal das Contas
47	Parecer do Fiscal Único
49	Fundo de Pensões do Banco de Portugal
50	Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos e Despesas
53	Notas à Situação Patrimonial e à Demonstração de Rendimentos e Despesas
63	Certificação das Contas

Dados sobre a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

A Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi constituída em 3 de Junho de 1988, tendo por objecto a gestão do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

O capital social da Sociedade é de 1.000.000 de euros.

São seus accionistas:

- O Banco de Portugal com uma participação que, a 31 de Dezembro de 2009, correspondia a 98% de capital; e
- Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

A sua Sede e os seus serviços situam-se na Av. da República, nº 57, 7º, em Lisboa

Em 31 de Dezembro de 2009:

- o Activo Líquido da Sociedade ascendia a 2.754.386 euros;
- o Capital Próprio da Sociedade ascendia a 2.447.442 euros;
- o valor do Fundo de Pensões fixou-se em 1.262.326.043 euros; e
- o total de Responsabilidades do Fundo de Pensões correspondia a 1.270.946.154 euros.

Composição dos Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

—— Presidente	Armando da Silva Couto
—— Secretário	Hernâni Fontoura Pires

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

—— Presidente	António Manuel Martins Pereira Marta
—— Administrador	Vítor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa
—— Administradora Delegada	Helena Maria de Almeida Martins Adegas
—— Fiscal Único	Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
—— Suplente do Fiscal Único	Rui Abel Serra Martins, R.O.C.

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Em conformidade com as normas legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas e demais documentos relativos ao exercício de 2009.

1.

NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido, criado em 1988, é um fundo fechado, constituído por um património autónomo e exclusivamente afecto ao cumprimento das responsabilidades assumidas pelo Banco de Portugal, relativas ao pagamento de benefícios de reforma, invalidez e sobrevivência, bem como aos encargos com contribuições pós reforma para o serviço de assistência médico-social (SAMS). O Fundo posiciona-se ao nível do primeiro pilar de protecção social e foi encerrado a novos trabalhadores por força da integração dos mesmos no regime geral de Segurança Social, de acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de Março.

A Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A. é a entidade responsável pela gestão do Fundo de Pensões, bem como pela elaboração das avaliações actuariais relativas ao cálculo das responsabilidades inerentes ao plano de benefícios e aos encargos financiados pelo Fundo. O capital desta Sociedade é detido em 97,8% pelo Banco de Portugal e o seu quadro de pessoal é essencialmente constituído por trabalhadores do Banco abrangidos por um acordo de cedência.

A política de gestão financeira do Fundo de Pensões não tem por objectivo uma maximização isolada da rentabilidade dos activos. Ao invés, visa maximizar aquela rendibilidade relativamente ao valor das responsabilidades, dentro de uma postura prudente no que respeita quer à limitação dos riscos de mercado e de contraparte incidentes sobre o valor dos activos que compõem aquele património, quer à manutenção do nível de liquidez adequado para fazer face às responsabilidades com o pagamento de pensões.

A ênfase dada à “cobertura” das variações potenciais das responsabilidades torna essencial a correcta estimação das mesmas. Daí que seja dada particular atenção aos pressupostos actuariais e financeiros utilizados, destacando-se o método de desconto dos “*cash flows*” projectados para o futuro, as previsões de crescimento a longo prazo dos salários e das pensões e, por último, as perspectivas de longevidade da população abrangida.

A gestão do património do Fundo de Pensões do Banco de Portugal é também condicionada pela elevada maturidade da população abrangida, de que decorre um número de beneficiários (reformados ou pensionistas) superior ao de participantes no activo (o rácio entre os segundos e os primeiros era igual a 0,76 no final de 2009) e pelo consequente peso das responsabilidades com pensões em pagamento (56,9% do total das responsabilidades).

No que respeita à longevidade, procura-se incorporar uma estimativa o mais fiável possível, de forma a evitar-se o risco de subavaliação das responsabilidades. Em 2009 continuou a utilizar-se a tabela de mortalidade TV 88/90, para ambos os sexos, já adoptada nos anos anteriores, e cuja aderência à realidade foi confirmada por um estudo empírico efectuado com base nos dados demográficos do Fundo de Pensões até 2006.

A avaliação não apenas dos activos do Fundo mas também das responsabilidades por serviços passados é efectuada ao justo valor de mercado, sendo as responsabilidades calculadas através do desconto dos “*cash-flows*” futuros, utilizando-se taxas de juro de mercado. Esta metodologia assenta no pressuposto de que o valor actual das responsabilidades do Fundo deve representar, em cada momento, o capital que teria que ser investido em aplicações com risco reduzido, para fazer face aos pagamentos futuros.

Em 2009, registou-se uma subida das taxas de juro nominais, inferior ao aumento observado na taxa de inflação esperada implícita nos títulos de dívida pública de longo prazo da Área do Euro indexados à inflação. Assim, apurou-se uma taxa de desconto de 5,15% e uma taxa de inflação esperada de longo prazo de 2,68%. O resultante decréscimo nas taxas de juro reais da dívida pública indexada à inflação condicionou a evolução do valor das responsabilidades, que sofreram um acréscimo para 1.270,9 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009 (dos quais 723,2 milhões correspondem a responsabilidades por pensões em pagamento e 547,7 milhões dizem respeito às responsabilidades por serviços passados de trabalhadores no activo).

Tendo presente a política de investimentos em activos que, em grande medida, reflectem a estrutura temporal dos passivos, verificou-se igualmente um acréscimo no valor do património do Fundo, para 1.262,3 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009. A carteira de activos encontrava-se diversificada entre obrigações de dívida pública da Área do Euro (79,8%), imobiliário (13,6%) e acções (6,6%).

Num ano de inflação negativa, os trabalhadores do sector bancário registaram um ganho de poder de compra, constatando-se que a taxa de actualização das tabelas salariais, determinante para a variação do valor das responsabilidades do Fundo de Pensões, foi superior à taxa de inflação observada, esta última decisiva para a rentabilidade da carteira de activos (que, para a maior parte, está directamente indexada à inflação). Por forma a mitigar o impacto deste ganho de poder de compra, o Banco de Portugal fez uma contribuição extraordinária no valor de 21 milhões de euros. Esta contribuição permitiu manter o nível de financiamento do Fundo de Pensões em níveis próximos dos 100%.

No contexto da política de investimento do Fundo de Pensões atrás definida, perdem relevância as medidas de rentabilidade e de risco tradicionais aplicadas na gestão isolada de

activos, sendo considerados mais adequados os indicadores agregados numa óptica “activos versus responsabilidades” (A/R). No fecho de 2009, apurou-se uma rentabilidade A/R nula, o que significa que a rentabilidade dos activos (9,4%) correspondeu à variação das responsabilidades.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Fundo de Pensões registava um nível de financiamento global de 99,3%, o qual assegurava a cobertura a 100% das responsabilidades com as pensões em pagamento e ainda uma cobertura de 98,4% das responsabilidades com serviços passados de participantes no activo.

Quer o nível de financiamento global quer o grau de cobertura das responsabilidades com serviços passados de participantes no activo se situaram acima dos mínimos fixados pelo Aviso do Banco de Portugal nº12/2001, de 23 de Novembro, que são respectivamente 97,9% e 95%.

Quadro 1 — Principais indicadores do Fundo de Pensões

31 / 12 / 2008				31 / 12 / 2009		
Dados Populacionais						
Activos	1.688			1.655		
Reformados	1.739			1.771		
Pensionistas	504			503		
Pressupostos Actuariais e Financeiros						
Taxa de desconto	4,80%			5,15%		
Taxa de inflação esperada de longo prazo	1,76%			2,68%		
Tábua de mortalidade	TV 88/90			TV 88/90		
Activos (valor e taxa de rentabilidade)	M €	%	Rent.	M €	%	Rent.
Obrigações	977,2	84,1%	-1,0%	1.007,9	79,8%	10,3%
Imobiliário	173,8	15,0%	-26,4%	171,2	13,6%	1,2%
Acções	10,3	0,9%	6,3%	83,2	6,6%	18,9%
Total	1.161,3	100,0%	-1,3%	1.262,3	100,0%	9,4%
Responsabilidades (milhões de €)	1.159,6			1.270,9		
Grau de Cobertura						
(1) Nível de Financiamento (NF)	100,1%			99,3%		
(2) Mínimo obrigatório (Aviso 12/2001)	94,5%			97,9%		
(1/2) Nível de cobertura atingido	106,0%			101,5%		
(3) Mínimo de solvência	84,7%			85,7%		
(1/3) Nível de cobertura atingido	118,25%			115,9%		
Rentabilidade A/R	-0,8%			0%		
Risco A/R (VaR a 1 mês, 95% confiança)	0,80%			0,91%		

2.

ACTIVIDADE PROSSEGUIDA PELA SOCIEDADE GESTORA

Em 2009, alterou-se o contrato constitutivo do Fundo de Pensões do Banco de Portugal relativo ao plano de pensões de benefício definido, com vista à sua harmonização com o quadro jurídico e contratual em vigor.

Foi iniciado o projecto de implementação de um plano de pensões de contribuição definida, desenhado para os trabalhadores admitidos após 22 de Junho de 2009 e que será financiado, em partes iguais, através de contribuições do Banco de Portugal e dos trabalhadores.

No domínio do enquadramento regulamentar, assume relevância o início da implementação da Norma Regulamentar n.º 8/2009-R do Instituto de Seguros de Portugal, que vem regular os mecanismos de governação no âmbito dos fundos de pensões, no que diz respeito aos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno. O projecto de implementação da referida norma atende à necessidade da Sociedade Gestora continuar a dispor de competências adequadas à gestão e controlo das suas actividades, nomeadamente, tendo em conta os princípios da adequação à dimensão, natureza e complexidade dos respectivos riscos incorridos.

Atendendo ao contexto económico e financeiro, foi reforçado o acompanhamento e controlo dos riscos, com particular relevância para o risco de crédito soberano da Área do Euro.

Concluiu-se o estudo do Plano de Continuidade de Negócio e iniciou-se a implementação de algumas das recomendações, destacando-se a remodelação do *Data Center* que suporta o ambiente tecnológico da Sociedade Gestora. Esta medida visa o aumento dos níveis de segurança e de redundância dos sistemas, traduzindo-se no imediato em redução de riscos associados à indisponibilidade dos serviços.

No âmbito dos programas estabelecidos entre o Banco de Portugal e outros Bancos Centrais de países de expressão portuguesa, a Sociedade Gestora colaborou com as suas respectivas congéneres, através do desenvolvimento de programas de formação, em particular, nos domínios de contabilidade e de cálculo actuarial.

3.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

O ano 2009 ficou marcado por uma recessão à escala mundial, que afectou a generalidade das economias. Segundo dados preliminares, observou-se uma contracção do produto na Área do Euro (-4,1%), nos EUA (-2,4%) e no Japão (-5%).

A conjuntura recessiva reflectiu-se numa redução da inflação para níveis muito baixos ou mesmo negativos. O índice harmonizado de preços no consumidor na Área do Euro cresceu apenas 0,3% em 2009, o que é substancialmente inferior à inflação de 3,3% observada no ano precedente. Por sua vez, nos EUA e Japão os correspondentes índices de preços no consumidor registaram decréscimos (-0,4% e -1,4%, respectivamente).

A economia portuguesa reflectiu os efeitos da envolvente, tendo sofrido uma contracção do seu Produto Interno Bruto em -2,9%, durante o ano de 2009, após uma variação nula no ano anterior. A inflação média anual foi negativa (-0,9%), após uma variação positiva de 2,7% em 2008.

Neste contexto, a actuação dos Bancos Centrais pautou-se por medidas de apoio ao sistema financeiro e à economia. O Banco Central Europeu reduziu gradualmente a taxa de refinanciamento de 2,5% para 1%, entre Janeiro e Maio, mantendo-a nesse valor até ao final do ano. Foram também introduzidas algumas medidas de carácter excepcional, destacando-se as operações de refinanciamento de longo prazo, de montante ilimitado, com maturidades a 3, 6 e 12 meses e o programa de compra de obrigações hipotecárias, que resultaram num aumento significativo do nível de liquidez na Área do Euro.

Quadro 2 — Evolução das principais taxas de juro da Área do Euro

	Dez. 2008	Dez. 2009	Variação (p.p.)
Taxa de intervenção do BCE			
Taxa oper. principal de refinanciamento	2,50%	1,00%	-1,50
Taxas de rendibilidade do Mercado Monetário (*)			
a 3 meses	1,74%	0,35%	-1,39
a 6 meses	1,79%	0,45%	-1,34
a 1 ano	1,82%	0,82%	-1,00
Taxas de rendibilidade das obrigações do Tesouro (**)			
a 2 anos	1,76%	1,33%	-0,43
a 5 anos	2,31%	2,42%	+0,11
a 10 anos	2,94%	3,38%	+0,44
a 30 anos	3,53%	4,10%	+0,57

Fonte: REUTERS

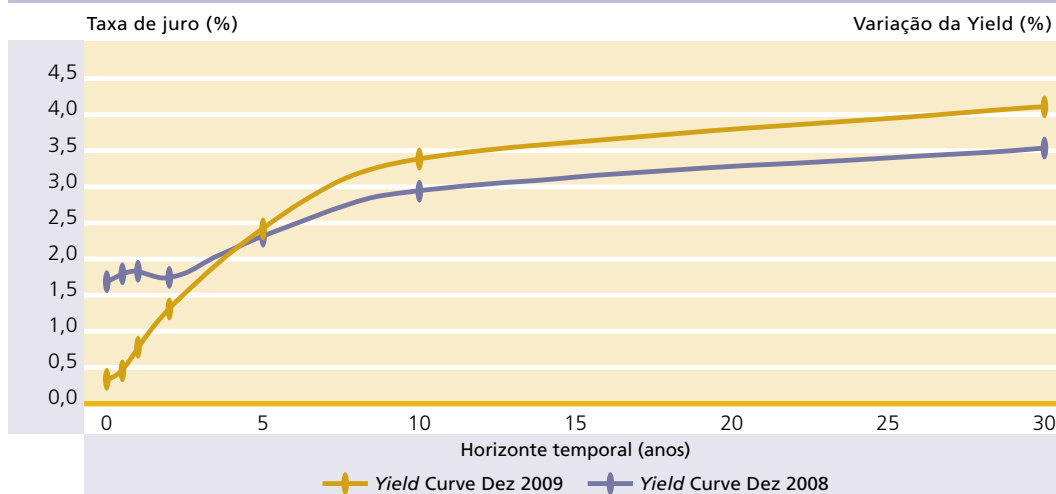
(*) Benchmark da área do euro: bilhetes do Tesouro francês.

(**) Benchmark da área do euro: títulos de dívida pública alemã.

Assim, as taxas de juro dos títulos de dívida pública de curto e médio prazo continuaram o movimento de descida iniciado em 2008, tendo atingido níveis bastante baixos. Esta tendência acentuou-se no segundo semestre de 2009, após as operações de refinanciamento a 1 ano lançadas pelo BCE.

Pelo contrário, nos prazos mais longos (5 a 30 anos) verificaram-se subidas de taxas de juro, reflectindo expectativas de alguma recuperação económica e subida moderada da taxa de inflação, bem como o efeito do aumento da oferta de dívida pública, por parte de diversos Estados soberanos, para financiar os crescentes défices públicos.

GRÁFICO 1 — Evolução da curva de taxas de juro na Área do Euro durante o ano 2009



As taxas de juro da dívida pública indexada à inflação registaram uma evolução diversa da observada nas taxas de juro nominais, dado o acréscimo nas expectativas de inflação a médio e longo prazo, que se encontravam num nível muito baixo no início de 2009. Assim, observou-se ao longo do ano uma descida das taxas de juro reais em todos os prazos. No final de 2009, as taxas de juro reais situavam-se próximo de 0% a 2 anos e em 1,73% a 30 anos (tendo registado variações de, respectivamente, -196 e -28 pontos base).

A inflação implícita, que reflecte as expectativas do mercado e que pode ser extraída a partir do diferencial entre as taxas de juro nominais e reais para cada prazo, subiu consideravelmente em 2009. No final do ano, aquela situava-se em 1,7% para o horizonte de 2 anos (0,62% no final de 2008) e 2,5% para o prazo de 30 anos (1,7% no final de 2008).

No mercado de dívida privada verificou-se um expressivo estreitamento de *spreads*. O índice Itraxx EUR 5 Anos, que reflecte o custo de compra de protecção contra o risco de incumprimento dos compromissos assumidos por emitentes de obrigações a 5 anos, desceu de cerca de 175 pontos base, no final de 2008, para aproximadamente 71 pontos base, no final de 2009.

No que concerne ao mercado cambial, registou-se uma valorização do euro face ao dólar na ordem dos 2,5%. No final de 2009, 1 euro valia cerca de 1,43 dólares. Esta evolução não foi linear ao longo do ano, tendo o câmbio oscilado entre um mínimo de 1,25 (em Fevereiro) e um máximo de 1,51 (em Novembro).

Apesar da conjuntura económica mundial desfavorável, os principais índices accionistas valorizaram-se significativamente, reflectindo expectativas de recuperação do crescimento económico e abundância de liquidez no mercado. O índice europeu, DJ Eurostoxx 50, valorizou-se cerca de 21%; o índice americano, S&P 500, teve um ganho de 23,5%; o índice japonês, Nikkei 225, registou uma valorização de 19%; e o índice português, PSI-20, ganhou 33,5%.

A cotação do petróleo também registou uma forte valorização durante 2009, na ordem dos 116% em dólares e 111% em euros. No final do ano, o barril de brent estava cotado próximo dos 78 dólares.

4.

PLANOS DE PENSÕES

4.1. Caracterização

O Banco de Portugal garante, através do Fundo de Pensões, o direito aos benefícios de reforma, invalidez e sobrevivência (incluindo eventuais subsídios complementares e o subsídio por morte), bem como o pagamento dos encargos com contribuições pós reforma para o serviço de assistência médico-social (SAMS).

As pensões pagas a título de reforma e sobrevivência resultam da soma das parcelas calculadas em função de cada componente da retribuição pensionável, de acordo com a convenção colectiva de trabalho aplicável e a regulamentação interna do Banco.

O Plano de Pensões engloba quatro programas de benefícios relativos à remuneração base e diuturnidades e três programas relativos aos complementos remunerativos. O plano de benefícios foi encerrado a novos trabalhadores por força da integração dos mesmos no regime geral de Segurança Social, de acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de Março.

4.2. Evolução da população abrangida pelo Fundo de Pensões

A população abrangida pelo Fundo de Pensões do Banco de Portugal apresenta uma elevada maturidade, evidenciada pelo número de beneficiários ser superior ao de participantes no activo. Consequentemente, as responsabilidades com pensões em pagamento representam um elevado peso no total das responsabilidades, o que condiciona fortemente a postura assumida na gestão do património do Fundo.

Quadro 3 — População abrangida pelo Fundo de Pensões

	31-12-2007	31-12-2008	Varição 2007 / 2008	31-12-2009	Varição 2008 / 2009
Activos	1.689	1.688	-1	1.655	-33
Reformados	1.728	1.739	11	1.771	32
Pensionistas	486	504	18	503	-1
Total	3.903	3.931	28	3.929	-2
Razão Activos ¹ / Beneficiários ²	0,76	0,75		0,73	

¹ Participantes; ² Reformados e Pensionistas.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Fundo de Pensões abrangia 1.655 participantes (trabalhadores no activo), 1.771 reformados e 503 pensionistas.

4.3. Evolução dos Benefícios/Encargos e Contribuições

No gráfico 3, apresenta-se a evolução do volume de benefícios e encargos pagos pelo Fundo de Pensões nos últimos 10 anos.

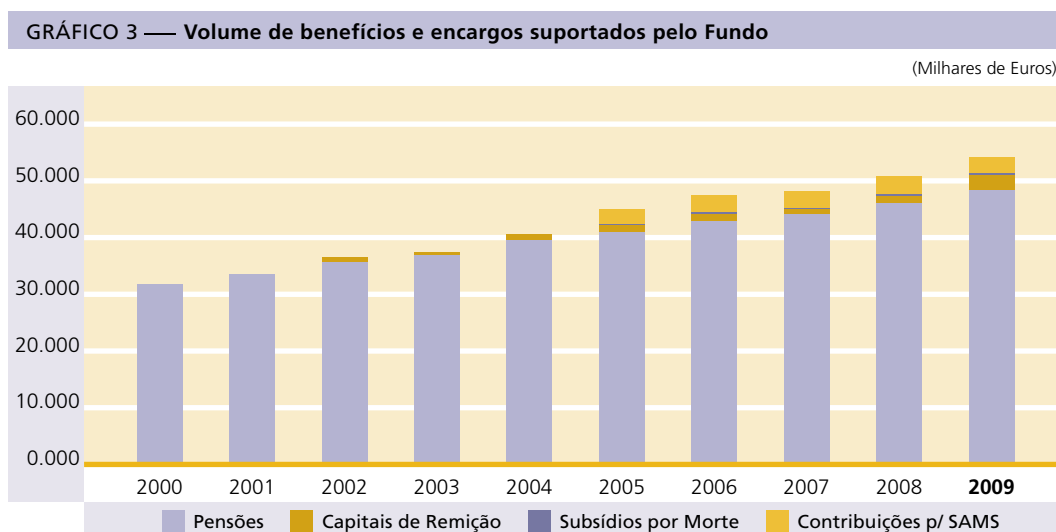
Em 2009, o valor das pensões vencidas ascendeu a 48,39 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 5.06% em relação ao exercício anterior.

O valor liquidado em 2009 correspondente a capitais de remição ascendeu a 2,4 milhões de euros, que compara com 1,3 milhões no ano precedente, enquanto o total liquidado a título de subsídios por morte manteve um valor idêntico ao de 2008 (0,3 milhões de euros).

Os encargos suportados pelo Fundo de Pensões relativos às contribuições para os SAMS sobre as pensões liquidadas ascenderam a 2,9 milhões de euros, em 2009, muito próximo do valor pago no ano anterior.

No ano de 2009, foram efectuadas contribuições num total de 47 milhões de euros.

Neste valor está incluída uma contribuição extraordinária feita pelo Banco de Portugal no valor de 21 milhões de euros, cujo objectivo foi mitigar o impacto da diferença entre a taxa de actualização das tabelas salariais do sistema bancário (determinante para a variação do valor das responsabilidades do Fundo de Pensões) e a taxa de inflação negativa observada no ano (decisiva para a rentabilidade de grande parte dos activos, que estão directamente indexados à inflação).



4.4. Avaliação Actuarial

4.4.1. Pressupostos Actuarias e Financeiros

Os principais pressupostos actuariais e financeiros são os que se apresentam neste ponto.

Pressupostos que decorrem do Plano		
Momento de atribuição de pensão de reforma Velhice		65 anos
Número de mensalidades de pensão		14
Número de mensalidades de salário		14

Pressupostos actuariais e financeiros	Financiamento	
	31 / 12 / 2008	31 / 12 / 2009
Taxa de desconto	4,800%	5,148%
Taxa de actualização das Pensões	1,764%	2,684%
Taxa de crescimento da Massa Salarial	2,764%	3,684%
Taxa de revisão salarial 2009/2010	n.a.	1,000%
Taxa de actualização das Tabelas Remunerativas	1,764%	2,684%
Taxa de crescimento da Retribuição Mínima Mensal Garantida	1,764%	2,684%
Retribuição Mínima Mensal Garantida no ano seguinte	450 €	475 €
Tabela de Mortalidade	TV 88/90 1978 - S.O.A. Trans. Male (US) T-1 Crocker Sarason (US) 80% 3 (indivíduos do sexo masculino os mais velhos)	
Tabela de Invalidez		
Tabela de Turnover		
Percentagem de casados		
Diferença de idades entre os participantes e os cônjuges		

Estes pressupostos são pontualmente ajustados em função das características específicas dos grupos populacionais.

A taxa de desconto apurada no final de 2009 e utilizada no cálculo das responsabilidades a 31 de Dezembro foi de 5,15%. Esta taxa foi determinada com base nas taxas de juro nominais de dívida pública da Área do Euro indexadas à inflação, tendo em conta a estrutura por prazos das responsabilidades do Fundo de Pensões.

Em resultado do comportamento do mercado de dívida pública da Área do Euro no ano de 2009, descrito no ponto 3, este pressuposto regista um acréscimo de +0,35 pontos percentuais face ao fecho do exercício anterior.

A taxa de inflação, apurada com base nas obrigações do tesouro da Área do Euro indexadas à inflação, para o período correspondente à estrutura temporal das responsabilidades, registou uma variação no sentido contrário, de +0,92 pontos percentuais. Daqui resultou uma redução na taxa de desconto real (-0,58 pontos).

Em 2009 continuou a utilizar-se a tabela de mortalidade TV 88/90, para homens e mulheres, já adoptada nos anos anteriores, e cuja aderência à realidade foi confirmada por um estudo empírico efectuado com base nos dados demográficos do Fundo de Pensões até 2006.

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cenário do Mínimo de Solvência estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal são os seguintes:

Pressupostos actuariais e financeiros	Mínimo Solvência	
	31 / 12 / 2008	31 / 12 / 2009
Taxa de desconto	4,500%	4,500%
Taxa de actualização das Pensões	1,764%	2,684%
Taxa de crescimento dos Salários	0,000%	0,000%
Retribuição Mínima Mensal Garantida no ano seguinte	450 €	475 €
Tabela de Mortalidade	TV 73/77 1978 - S.O.A. Trans. Male (US) -/- 80% 3 (indivíduos do sexo masculino os mais velhos)	
Tabela de Invalidez		
Tabela de Turnover		
Percentagem de casados		
Diferença de idades entre os participantes e os cônjuges		

4.4.2. Resultados da Avaliação Actuarial

Em 31 de Dezembro de 2009, o total de responsabilidades por serviços passados ascendia a 1.270,9 milhões de euros, dos quais 723,2 milhões correspondem a responsabilidades por pensões em pagamento e 547,7 milhões dizem respeito às responsabilidades por serviços passados de trabalhadores no activo.

Responsabilidades por Serviços Passados (RSP)	31 / 12 / 2008	31 / 12 / 2009
	1.159.582.431	1.270.946.154
Reformados e Pensionistas	663.943.290	723.224.958
Trabalhadores no activo	495.639.141	547.721.196

(euros)

No ano 2009, registou-se uma variação do valor das responsabilidades por serviços passados de +111,4 milhões de euros.

Esta variação corresponde a um acréscimo global anual de 9,6% do valor das responsabilidades por serviços passados, como consequência da conjugação dos seguintes efeitos:

- a. Variação anual esperada (normal) de +1,68% das responsabilidades;
- b. Variação anual não quantificável no início do ano de +7,93% das responsabilidades, que corresponde, por ordem decrescente de relevância, a um desvio financeiro resultante dos seguintes factores:
 - A indexação dos pressupostos (taxa de juro nominal e taxa de inflação) ao mercado¹;
 - O desvio entre a taxa de revisão das tabelas e a inflação observada;
 - Os desvios actuariais (resultantes, entre outros factores, da diferença entre os movimentos populacionais pressupostos e os observados).

5.

ESTRUTURA DA CARTEIRA E CONTROLO DE RISCOS

A política de investimento do Fundo de Pensões encontra-se balizada pelas normas regulamentares emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e por normas internas, mais restritivas, estabelecidas pela própria Sociedade Gestora em estreita consonância com o perfil de risco aprovado pelo Banco de Portugal.

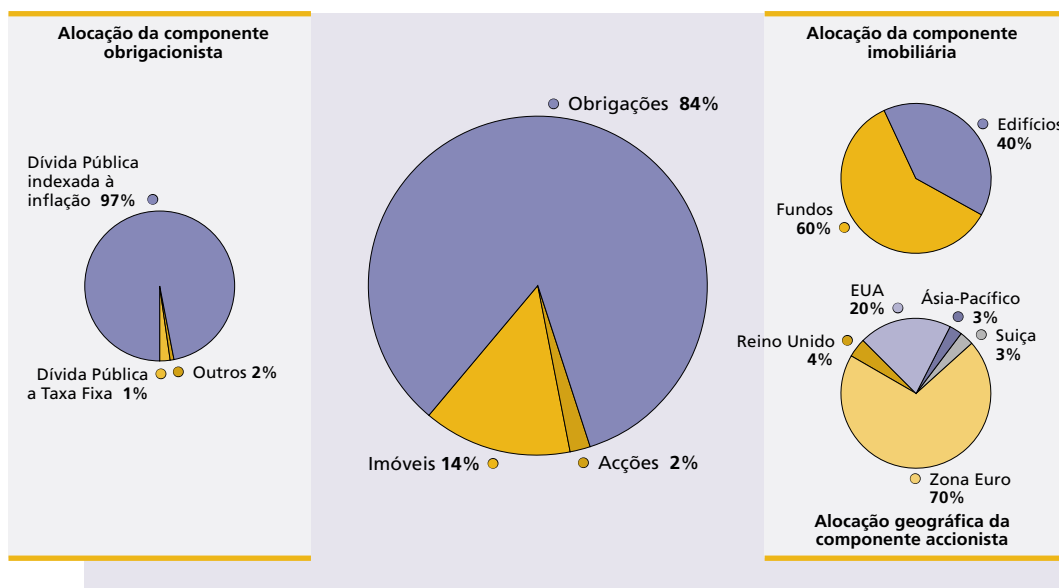
Ao longo de 2009, a estrutura da carteira foi objecto de análise e acompanhamento permanente, com vista à identificação do grau de exposição a diferentes tipos de risco, bem como da respectiva forma de mitigação através da imposição de limites e do recurso a instrumentos de cobertura.

5.1. *Benchmark* Estratégico 2009

Com o objectivo de limitação do risco de redução do nível de financiamento e de maximização da rentabilidade da carteira de activos, foi seleccionado um referencial para a estrutura da carteira do Fundo de Pensões em 2009, designado *benchmark* estratégico. A sua composição, que se apresenta sumariamente, é consentânea com o perfil de risco definido pelo Banco de Portugal.

¹ Este efeito representa 67% do desvio. Dada a gestão de "Activos-responsabilidades", descrita na nota introdutória, uma variação semelhante ocorreu no activo do Fundo de Pensões, compensando este efeito.

GRÁFICO 4 — *Benchmark Estratégico 2009: composição média anual*



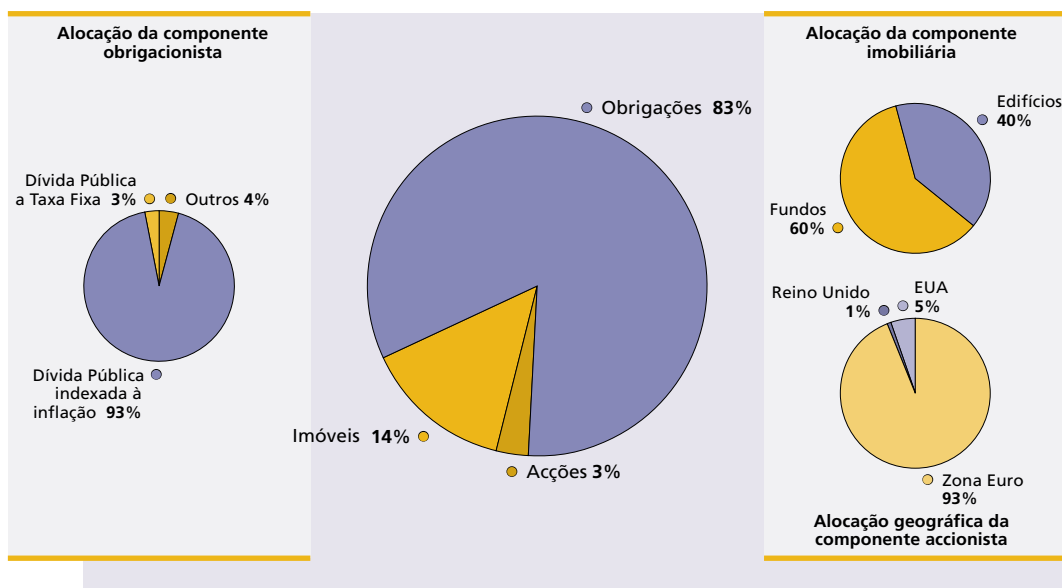
5.2. Estrutura por classe de activos

A estrutura da carteira de activos foi determinada tendo como referência a composição do *benchmark* estratégico, tendo sido assumidos alguns desvios orientados pelo objectivo de incorporar expectativas de curto prazo de evolução dos mercados.

Verificou-se em 2009 uma exposição média a obrigações de 83%, (na quase totalidade dívida pública) enquanto o imobiliário e as acções representaram respectivamente 14% e 3%.

A segmentação da componente accionista da carteira revela uma exposição predominantemente representada pelo mercado da Área do Euro (93%) e apenas uma pequena parte pelo mercado norte-americano (5%).

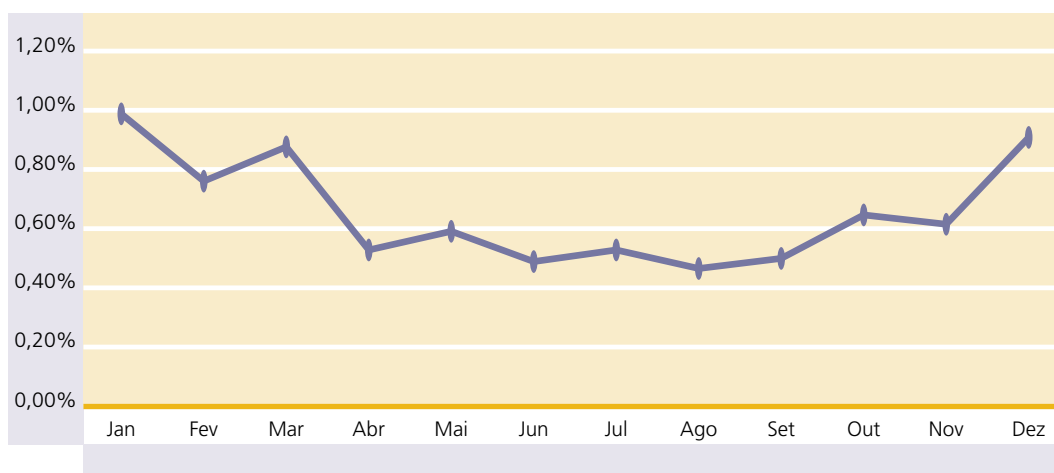
GRÁFICO 5 — Estrutura da carteira por classe de activos: composição média anual



5.3. Value-at-Risk "Activos – Responsabilidades"

O risco de redução do nível de financiamento do Fundo de Pensões é avaliado e controlado com base no cálculo do *Value-at-Risk* a 1 mês para um nível de confiança de 95%.

GRÁFICO 6 — Value-at-Risk "Activos-Responsabilidades" a 1 mês



Esta medida de risco corresponde, em cada momento, à redução do nível de financiamento, em pontos percentuais, cuja ultrapassagem, no horizonte temporal de 1 mês, tem associada uma probabilidade estimada em 5%.

A evolução do *Value-at-Risk* ao longo do ano de 2009 reflectiu, por um lado, ajustamentos táticos efectuados na carteira de investimento e, por outro lado, a volatilidade das taxas de juro.

5.4. Diferencial ajustado de duração modificada

O grau de sensibilidade do nível de financiamento do Fundo de Pensões a variações de taxas de juro reais é avaliado com base no diferencial ajustado de duração modificada. Este consiste na diferença entre a duração das responsabilidades e a duração da carteira de obrigações do activo, ajustado de forma a incorporar as diferenças de dimensão entre aqueles dois agregados.

GRÁFICO 4 — Diferencial ajustado de duração modificada

		Valores médios 2009
a)	Duração Modificada das responsabilidades por serviços passados	14,0
b)	Duração Modificada das Obrigações	15,9
c)	Peso das Obrigações	83,0%
d)	Nível de Financiamento	99,2%
Diferencial Ajustado de Duração Modificada = $b) \times c) - a) / d)$		-0,9

Atendendo à elevada duração modificada das responsabilidades do Fundo de Pensões (14,0) e ao facto de a política de investimentos contemplar também activos cujo valor é pouco sensível às variações de taxas de juro, para alcançar o diferencial ajustado de duração modificada médio registado em 2009 (-0,9) foi necessário o recurso a uma carteira de obrigações de duração modificada particularmente elevada (15,9).

O nível de diferencial negativo registado em 2009 indica que o valor da carteira de activos é menos sensível a variações de taxas de juro do que o valor das responsabilidades. Uma vez que as taxas de juro reais registaram um movimento de descida significativa em 2009, este posicionamento penalizou a rentabilidade “Activos-responsabilidades”, dado que o aumento no valor da carteira de obrigações não acompanhou na totalidade o acréscimo nas responsabilidades.

5.5. Estrutura da carteira de obrigações por tipo de emitente

O controlo do risco de crédito é assegurado através da restrição do investimento a instrumentos e instituições de reconhecida segurança e idoneidade financeira, bem como de um acompanhamento da notação de *rating* atribuída pelas agências internacionais, complementado por uma atenção permanente à informação de mercado disponível.

A carteira de obrigações foi constituída, na sua grande maioria, por emissões indexadas à inflação, com um perfil próximo das responsabilidades assumidas pelo Fundo de Pensões, cujo valor depende igualmente da evolução daquela variável. Pretende-se, desta forma, limitar o risco de redução do nível de financiamento do Fundo de Pensões em virtude de um aumento da taxa de inflação.

Atendendo a que a dívida indexada à inflação da Área do Euro com um nível de liquidez considerado suficiente é quase exclusivamente dívida pública, esta representou em 2009 a quase totalidade da carteira de obrigações (96,2%), sendo a parte restante investida em obrigações emitidas por supranacionais e instituições financeiras com garantia do Estado português.

A este motivo de natureza estratégica para a elevada concentração da carteira em dívida pública, acresceu a instabilidade dos mercados de crédito que se fez sentir em grande parte do ano.

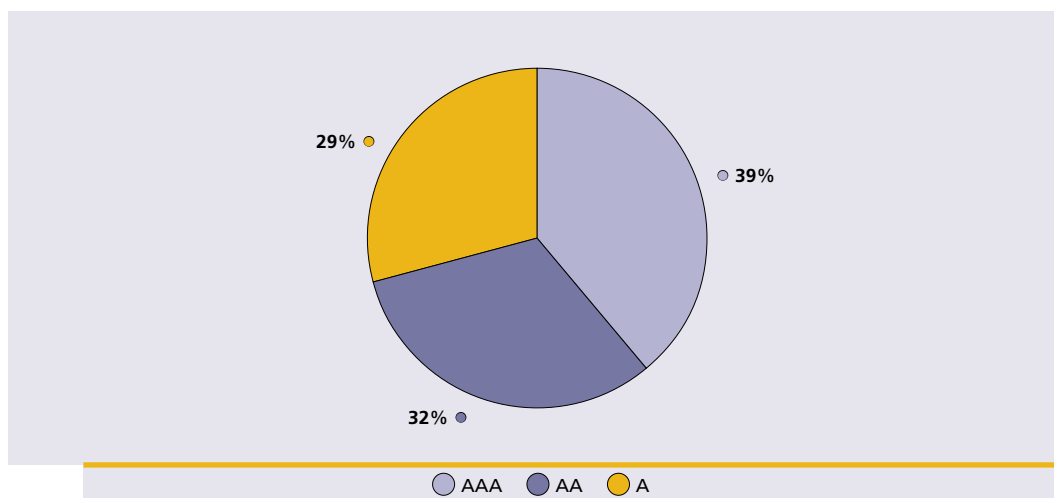
Quadro 5 — Exposição da carteira de obrigações por tipo de emitente/contraparte

	Governos	Supranacionais	Inst. Financeiras
Valores médios 2009 (%)	96,2%	0,1%	3,7%

5.6. Estrutura da carteira de obrigações por *rating*

A carteira de obrigações do Fundo de Pensões foi constituída maioritariamente por emissões com *rating* igual ou superior a AA (71,0%).

GRÁFICO 7 — Estrutura da carteira de obrigações por *rating*: composição média anual



5.7. Estrutura da carteira do Fundo de Pensões por zona geográfica

Tomada no seu conjunto, a carteira de activos do Fundo de Pensões manteve em 2009 uma exposição predominante aos países da Área do Euro, que representou 99,6% do total. A reduzida exposição a outras zonas geográficas (0,2% na América do Norte e 0,2% na Europa fora da Área do Euro) foi materializada quase exclusivamente através da carteira de acções.

5.8. Exposição ao risco cambial

O risco cambial assumido pelo Fundo de Pensões foi marginal, tendo representado apenas 0,21% do valor do Fundo.

Quadro 6 — Exposição média da carteira a risco cambial				
	JPY	CHF	GBP	USD
Exposição média da carteira total a risco cambial (%)	0,02%	0,02%	0,03%	0,14%

6.

RESULTADOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES

As responsabilidades e a carteira de activos do Fundo de Pensões foram condicionadas pela descida das taxas de juro reais da dívida pública indexada à inflação.

A valorização das responsabilidades por serviços passados é efectuada a preços de mercado, tomando em consideração os níveis de taxas de juro e de inflação esperada. Em 2009, registou-se uma recuperação expressiva da taxa de inflação esperada implícita nos títulos de dívida pública de longo prazo da Área do Euro indexados à inflação, que foi mais pronunciada do que a subida das taxas de juro nominais, tendo-se, por conseguinte, observado uma descida das taxas de juro reais.

Em consequência, o valor das responsabilidades por serviços passados (ajustado pelo impacto do pagamento de pensões líquido do recebimento de contribuições regulares e expurgando o efeito de factores exógenos à gestão financeira) registou, em 2009, uma variação de 9,4%. Numa óptica de gestão integrada de activos e passivos, esta variação constitui a referência para a taxa de rentabilidade dos activos.

A descida das taxas de juro reais afectou também a rentabilidade da carteira de activos, dado o enfoque da orientação “Activos-responsabilidades” da política de investimentos. Com efeito, o objectivo de limitação do risco de redução do nível de financiamento traduziu-se na manutenção de uma forte exposição da carteira a activos correlacionados com as

responsabilidades, em particular obrigações do Tesouro de longo prazo indexadas à inflação da Área do Euro. A influência que a evolução das taxas de juro reais tem sobre o valor destes activos foi determinante para a rentabilidade apurada na carteira de obrigações (10,3%).

A carteira de acções, de reduzida dimensão, beneficiou com a pronunciada subida dos mercados accionistas, tendo atingido uma rentabilidade de 18,9%. Por seu turno, a carteira imobiliária reflectiu as dificuldades sentidas naquele mercado em 2009, tendo registado uma rentabilidade de 1,2%.

A rentabilidade total dos activos em 2009 foi 9,4%, o que coincidiu com a variação ajustada das responsabilidades, conduzindo a uma rentabilidade “Activos-responsabilidades” de 0%.

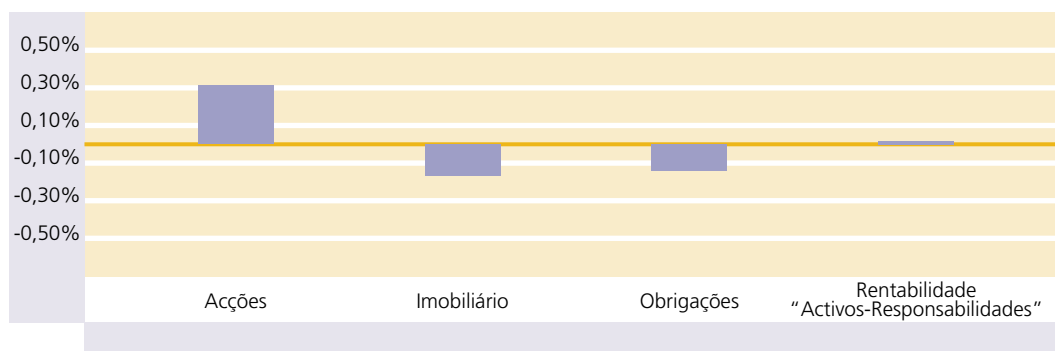
Quadro 7 — Rentabilidade “Activos-responsabilidades”

Variação ajustada das Responsabilidades	9,4%		
		Carteira de Activos	
		Obrigações	10,3%
		Acções	18,9%
		Imóveis	1,2%
Resultados da Gestão Financeira	0%	Total de Activos	9,4%

Os resultados da gestão financeira em 2009 (rentabilidade “Activos-responsabilidades”) podem ser atribuídos aos seguintes contributos:

- O contributo positivo de 0,3 pontos percentuais associado à apreciação das acções, num contexto de recuperação do sentimento de mercado;
- O contributo negativo de 0,1 pontos percentuais, decorrente da manutenção de uma sensibilidade do valor da carteira de activos a variações de taxas de juro inferior à sensibilidade do valor das responsabilidades às mesmas variações;
- O contributo negativo de 0,2 pontos percentuais associado à rentabilidade do investimento imobiliário.

GRÁFICO 9 — Rentabilidade “Activos-Responsabilidades” do Fundo de Pensões



No final do ano, o Fundo de Pensões registava um nível de financiamento global de 99,32%, que traduzia um decréscimo de 0,83 pontos percentuais face ao apurado no final de 2008.

Para efeitos do disposto no Aviso n.º 12/2001, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 4/2005, o grau de cobertura foi de 101,4% do mínimo exigido.

Foram também integralmente satisfeitos os requisitos emanados pelo Instituto de Seguros de Portugal, tendo a cobertura do mínimo de solvência atingido 115,9%.

Quadro 8 — Situação Financeira do Fundo de Pensões

	31 / 12 / 2008	31 / 12 / 2009
Valor do Fundo de Pensões	1.161.307.496	1.262.326.043
Responsabilidades por Serviços Passados (R.S.P.)	1.159.582.431	1.270.946.154
Nível de Financiamento	100,15%	99,32%
Nível de Financiamento mínimo obrigatório (Aviso do BdP n.º12/2001) ^(*)	94,47%	97,90%
Nível de Cobertura atingido	106,01%	101,45%
Nível de Financiamento do Mínimo de Solvência	84,69%	85,69%
Nível de Cobertura atingido	118,25%	115,91%

(*) Com as alterações introduzidas pelo Aviso do BdP n.º4/2005. (euros)

Para a redução de 0,83 pontos percentuais no nível de financiamento concorreram os elementos identificados no Quadro 9.

Quadro 9 — Variação do Nível de financiamento do Fundo de Pensões

	% do valor das Responsabilidades	Milhões de euros
Variação do Nível de Financiamento	-0,83%	-10,5
Rentabilidade Activos-Passivos	0,01%	0,1
Revisão de Pressupostos	0,00%	-
Factores exógenos à gestão financeira	-2,49%	-31,6
Contribuição extraordinária	1,65%	21,0

O impacto considerável dos factores exógenos à gestão financeira no nível de financiamento fica a dever-se, em grande parte, ao facto de, num ano de inflação negativa, os trabalhadores do sector bancário terem registado um ganho de poder de compra. Com efeito, a taxa de actualização das tabelas salariais, determinante para a variação do valor das responsabilidades do Fundo de Pensões, foi superior à taxa de inflação observada, esta última decisiva para a rentabilidade da carteira de activos.

7.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DA SOCIEDADE GESTORA

No exercício de 2009, foi apurado um resultado líquido de 214.046,11 € nas contas da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., para o qual se propõe a seguinte aplicação:

Reserva legal	10.702,31 €
Reservas Livres	203.343,80 €
Total	214.046,11 €

8.

NOTA FINAL

Ao concluir o Relatório e Contas do exercício de 2009, o Conselho de Administração entende ser de destacar a confiança e o espírito de colaboração demonstrados pelo Banco de Portugal.

Ao Instituto de Seguros de Portugal expressa-se o reconhecimento pela forma como acompanhou a actividade da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

Por último, salienta-se o elevado profissionalismo e dedicação de todos os Colaboradores da Sociedade Gestora.

Lisboa, 11 de Março de 2010

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
Presidente

Vítor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa
Administrador

Helena Maria de Almeida Martins Adegas
Administradora Delegada





Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

Balanço e Demonstração de Resultados

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Certificação Legal das Contas

Parecer do Fiscal Único

Balanço

Activo	2009			2008
	AB	AP	AL	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Edifícios e outras Construções	57.131	26.664	30.467	35.940
Equipamento Básico	270.420	186.812	83.608	75.820
Equipamento Administrativo	2.326.357	2.105.430	220.927	352.519
Outras imobilizações corpóreas	16.806	14.968	1.838	2.498
	2.670.714	2.333.874	336.840	466.777
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	117.229	117.229	0	0
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0	0	0	0
CIRCULANTE				
Dívidas de Terceiros				
Estado e Outros Entes Públicos	0		0	35.938
Outros Devedores	850		850	492
	850	0	850	36.430
Títulos Negociáveis	1.814.174	15.226	1.798.948	1.539.278
Depósitos Bancários e Caixa				
Depósitos Bancários	498.710		498.710	291.206
Caixa	1.247		1.247	1.247
	499.957	0	499.957	292.453
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de Proveitos	23.825		23.825	24.036
Custos diferidos	90.161		90.161	154.296
Impostos diferidos	3.806		3.806	8.750
	117.792	0	117.792	187.082
Total do Activo	5.220.715	2.466.329	2.754.386	2.522.020

(em Euros)

AB= Activo bruto

AP= Amortizações e provisões acumuladas

AL= Activo líquido

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

Capital Próprio e Passivo	2009	2008
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	1.000.000	1.000.000
Reserva Legal	118.861	113.373
Reservas Livres	1.114.534	1.010.259
Resultados Transitados	0	0
Resultado Líquido	214.046	109.763
Total do Capital Próprio	2.447.442	2.233.396
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	0	70.345
PASSIVO		
Dívidas a Terceiros		
Outros Accionistas	0	0
Outros Credores	149.947	0
Fornecedores c/c	117.779	97.515
Estado e Outros Entes Públicos	24.876	67.515
	292.603	165.030
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de Custos	13.468	52.398
Proveitos Diferidos	874	850
	14.342	53.249
Total do Passivo	306.945	288.624
Total do Capital Próprio e Passivo	2.754.386	2.522.020

(em Euros)

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
Vitor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa
Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Conta de Resultados

Custos e Perdas	2009	2008
Fornecimento e Serviços Externos	1.107.986	1.133.326
Custos com o Pessoal	2.136.080	2.024.804
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	253.483	232.739
Impostos	27.906	49.872
Outros Custos e Perdas Operacionais	7.950	7.700
Provisões para Riscos e Encargos (A)	0	44.935
	3.533.404	3.493.376
Provisões de Aplicações Financeiras	15.226	0
Juros e Custos Similares (C)	5.351	2.839
	3.553.980	3.496.215
Custos e Perdas Extraordinários (E)	2.232	6.112
	3.556.212	3.502.327
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício (G)	64.298	40.697
	3.620.510	3.543.024
Resultado Líquido do Período	214.046	109.763
Total	3.834.556	3.652.787

(em Euros)

RESUMO:

Resultados Operacionais: (B) - (A) =	107.031	7.240
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A) =	39.081	106.739
Resultados Correntes: (D) - (C) =	146.112	113.979
Resultados Antes de Impostos: (F) - (E) =	278.344	150.460
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (G) =	214.046	109.763

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

Proveitos e Ganhos	2009	2008
Prestação de Serviços	3.628.848	3.489.279
Proveitos Suplementares (B)	11.587	11.337
	3.640.435	3.500.616
Rendimentos de Títulos Negociáveis e de Outras Aplicações Financeiras	39.569	58.966
Outros Juros e Proveitos Similares (D)	20.087	50.611
	3.700.092	3.610.194
Proveitos e Ganhos Extraordinários (F)	134.464	42.593
	3.834.556	3.652.787
Total	3.834.556	3.652.787

(em Euros)

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
 Vítor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa
 Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Demonstração dos Resultados por Funções

	2009	2008
Vendas e Prestação de Serviços	3.628.848	3.489.279
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	0	0
Resultados Brutos	3.628.848	3.489.279
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	146.051	53.931
Custos de Distribuição	0	0
Custos Administrativos	3.525.454	3.485.676
Outros Custos e Perdas Operacionais	30.758	16.650
Resultados Operacionais	218.688	40.883
Custo Líquido de Financiamento	0	0
Ganhos (Perdas) em filiais e associadas	0	0
Ganhos (Perdas) em outros Investimentos	59.657	109.577
Resultados Correntes	278.344	150.460
Impostos sobre os Resultados Correntes	64.298	40.697
Resultados Correntes após Impostos	214.046	109.763
Resultados Operacionais	0	0
Impostos sobre os Resultados Operacionais	0	0
Resultados Líquidos	214.046	109.763

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2009	2008
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultados Líquidos	214.046	109.763
Ajustamentos		
Amortizações	253.483	232.739
Provisões	0	44.935
Resultados Financeiros	-20.087	-50.611
Aumentos das Dívidas de Terceiros		
Diminuição das Dívidas de Terceiros		
Aumento das Existências		
Diminuição das Existências		
Aumentos das Dívidas a Terceiros	-43.539	6.794
Diminuição das Dívidas a Terceiros	151.572	-339.302
Diminuição dos Proveitos Diferidos		
Aumento dos Acréscimos de Proveitos	211	-6.063
Diminuição dos Acréscimos de Proveitos		
Aumento dos Custos Diferidos	64.135	-10.816
Diminuição dos Custos Diferidos		
Aumento dos Acréscimos de Custos	-38.931	36.673
Diminuição dos Acréscimos de Custos		
Aumento dos Proveitos Diferidos	24	21
Ganhos na Alienação de Imobilizações		
Perdas na Alienação de Imobilizações		
Aumento dos Impostos Diferidos Activos	4.944	-8.747
Diminuição dos Impostos Diferidos Activos		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	585.857	15.386
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Investimentos Financeiros		0
Imobilizações Corpóreas		
Imobilizações Incorpóreas		
Imobilizações em Curso		
Subsídios de Investimento		
Juros e Proveitos Similares	20.087	50.611
Dividendos		
Pagamentos Respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	-274.896	-712.464
Imobilizações Corpóreas	-123.545	-38.229
Imobilizações Incorpóreas		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	-378.353	-700.082
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Empréstimos Obtidos		
Aumentos de Capital		
Suplementos e Prémios de Emissão		
Subsídios e Doações		
Venda de Acções		
Cobertura de Prejuízos		
Pagamentos Respeitantes a:		
Empréstimos Obtidos		
Amortização de Contratos de Locação Financeira		
Juros e Custos Similares		
Dividendos		
Redução de Capital e Prestações Suplementares		
Aquisição de Acções Próprias		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	207.503	-684.696
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO		
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	292.453	977.150
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	499.957	292.453

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

A Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., foi constituída em 3 de Junho de 1988 por escritura notarial lavrada de Fl. 74 a Fl. 76 do livro de notas para escrituras diversas n.º. 677 - C do 9.º. Cartório Notarial de Lisboa, tendo por objecto a administração, gestão e representação do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

A sua constituição foi autorizada pela Portaria n.º. 245/88, de 20 de Abril, do Ministério das Finanças.

O anexo às contas respeita a ordem estabelecida pelo Plano Oficial de Contabilidade (POC), sendo de referir que os números não indicados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de valores e situações a reportar.

3.

CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, nomeadamente, de acordo com os princípios fundamentais da continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, substância sob a forma e materialidade.

Os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade são como segue:

— Imobilizado

O activo imobilizado está registado ao custo de aquisição.

As reintegrações são calculadas com base no número de anos de vida útil esperada, utilizando-se para o efeito o método das quotas constantes, sendo aplicado para os activos adquiridos até 1993 (inclusive) o critério da quota anual de reintegração e, para os activos adquiridos em data posterior, o critério da quota correspondente ao número de meses contados desde o mês de entrada em funcionamento.

As taxas de reintegração encontram-se em conformidade com a legislação fiscal portuguesa. O período de vida útil daí decorrente aproxima-se da vida útil dos bens.

As taxas de reintegração aplicadas foram as seguintes:

	Percentagem anual
Equipamento básico	10%
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	10 a 33,33%
Outras imobilizações corpóreas	12,50%

— Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são valorizados pelo seu custo de aquisição, que inclui os custos suportados na compra.

Constituíram-se provisões que visam a cobertura integral do valor das menos-valias evidenciadas na carteira de títulos e que correspondem à descida do valor de mercado face ao custo de aquisição dos títulos, quando aquele valor é inferior a este.

— Reconhecimento dos custos e proveitos

Os custos e proveitos são reconhecidos no momento em que ocorrem, tendo em atenção o período a que dizem respeito e independentemente da sua realização financeira.

6.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Foi reconhecido o efeito fiscal das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal para efeito de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), relativas a provisões para depreciação da carteira de títulos.

Variação dos Activos por Impostos Diferidos			
Descrição	Total 2009	Total 2008	Reversão da Diferença
Diferenças Temporárias que originam Activos por impostos diferidos	0	0	
Provisões não aceites fiscalmente	15.226	35.000	
Total	15.226	35.000	
Valores Reflectidos no Balanço (25%)	3.806	8.750	-4.944

(em Euros)

7.

PESSOAL

Durante o ano de 2009, a Sociedade contou, em média, com 37 colaboradores ao seu serviço.

10.

IMOBILIZADO

O movimento da rubrica de imobilizado foi como segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Abates	Saldo Final
IMOBILIZADO CORPÓREO				
Activo Bruto				
Edifício e Outras Construções	57.131	0	0	57.131
Equipamento básico	242.085	28.335	0	270.420
Equipamento administrativo	2.231.147	95.210	0	2.326.357
Outras imobilizações corpóreas	16.806	0	0	16.806
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	117.229	0	0	117.229
IMOBILIZADO EM CURSO (i)	0			0
	2.664.398	123.545	0	2.787.943
Amortizações acumuladas				
Edifício e Outras Construções	21.190	5.474	0	26.664
Equipamento básico	166.265	20.547	0	186.812
Equipamento administrativo	1.878.628	226.803	0	2.105.431
Outras imobilizações corpóreas	14.307	660	0	14.967
Outras Despesas	117.229	0	0	117.229
Investigação e Desenvolvimento				
	2.197.619	253.484	0	2.451.103
Activo Líquido	466.779			336.840

(i) Ver nota 14.

(em Euros)

14.

IMOBILIZADO EM CURSO

No final do exercício de 2009, não existiam valores registados em imobilizado em curso.

17.

TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

A composição desta rubrica é a seguinte:

	2009	2008
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO		
Dívida Pública	1.814.174	1.395.003
Diversos	0	144.275
	1.814.174	1.539.278
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL		
Títulos de participação	0	0
Fundos de investimento	0	0
	0	0
Provisões para aplicações de tesouraria	15.226	0
Valor Líquido	1.798.948	1.539.278

(em Euros)

32.

GARANTIAS PRESTADAS

À data de 31 de Dezembro de 2009, a Sociedade não tinha garantias prestadas.

34.

MOVIMENTO DAS PROVISÕES

O movimento registado na conta Provisões para Aplicações de Tesouraria foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço	Anulação	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria (i)	0	62.443	47.217	15.226
Provisões para riscos e encargos (ii)	70.345	0	70.345	0
	70.345			15.226

(em Euros)

- (i) Com base na respectiva decisão judicial, ainda que não transitada em julgado, considerou-se adequado anular a correspondente provisão para riscos e encargos gerais.

- (ii) Decorrente do processo de implementação do “Plano de Continuidade de Negócio”, foram apurados vários encargos, imputáveis tanto ao exercício de 2008 como a exercícios posteriores, que estão na origem do reforço de 35.000 euros, registado na rubrica de provisões para riscos e encargos. Em 2009, a provisão foi anulada por terem sido amortizados, na totalidade, bens do activo imobilizado, na sequência dos projectos informáticos em curso.

35.

CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade é 1.000.000 euros, encontrando-se integralmente subscrito e realizado, representado por duzentas mil acções com o valor nominal de cinco euros cada.

37.

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO

O Banco de Portugal detém uma participação de 97,77% no capital, correspondente a 195.544 acções.

40.

MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

Os aumentos ocorridos no exercício foram efectuados de acordo com a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2008, apresentada pelo Conselho de Administração e aprovada em Assembleia Geral.

O movimento ocorrido no exercício foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	1.000.000			1.000.000
Reserva legal	113.373	5.488	0	118.861
Reservas livres	1.010.259	104.275	0	1.114.534
Resultado do Exercício	109.763	214.046	109.763	214.046
	2.233.396	323.809	109.763	2.447.442

(em Euros)

45.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas	2009	2008	Proveitos e Ganhos	2009	2008
Juros suportados	0	77	Juros obtidos	39.569	58.966
Provisões para aplicações de tesouraria	15.226	0			
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	3.183	0	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	20.087	50.611
Outros custos e perdas financeiras	2.168	2.762			
Resultados financeiros	39.081	106.739			
Total	59.657	109.578	Total	59.657	109.578

(em Euros)

46.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas	2009	2008	Proveitos e Ganhos	2009	2008
Perdas em imobilizações	0	0	Ganhos em imobilizações	0	0
Multas e penalidades	0	253	Benefícios de penalidades contratuais	0	0
Aumentos de amortizações e provisões	0	0	Reduções de amortizações e provisões	70.345	12
Correcções exercícios anteriores	2.232	5.851	Correcções exercícios anteriores	1.920	99
Outros custos e perdas extraordinários	0	8	Outros proveitos e ganhos extraordinários	62.200	42.482
Resultados extraordinários	132.232	36.482			
Total	134.464	42.594	Total	134.464	42.594

(em Euros)

48.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**Depósitos bancários**

A composição desta rubrica é a seguinte:

	2009	2008
Depósitos à ordem	148.710	91.206
Depósitos a prazo	350.000	200.000
	498.710	291.206

(em Euros)

Estado e Outros Entes Públicos**Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA**

O valor do IVA registado nas contas da Sociedade Gestora está relacionado com a autoliquidação resultante de serviços prestados por uma entidade não residente.

Impostos sobre lucros - IRC

O montante dos impostos sobre os lucros é calculado com base no valor que se prevê vir a pagar, às taxas em vigor à data do Balanço, aparecendo reflectido na rubrica “Estado e outros entes públicos”.

De acordo com a legislação em vigor, a situação fiscal pode ser objecto de revisão por parte da Administração Fiscal durante quatro anos, podendo resultar dessa revisão eventuais correcções à matéria colectável e liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2005 a 2009, inclusive. O Conselho de Administração admite que qualquer liquidação adicional não virá a ter impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Prestação de serviços

A prestação de serviços reporta-se exclusivamente à remuneração de gestão, cujo montante é estabelecido anualmente de acordo com o contrato de gestão celebrado entre o Banco de Portugal e a Sociedade Gestora.

Por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade Gestora, a remuneração de gestão, em 2009, foi fixada em 3.628.848,0 euros.

— Proveitos suplementares

Trata-se de proveitos resultantes da celebração de um contrato de subarrendamento, e ainda do ressarcimento de encargos adicionais incorridos pela Sociedade Gestora, relacionado com a requisição por uma entidade externa de um colaborador ao seu serviço.

— Custos com pessoal

O valor desta rubrica inclui os custos de formação suportados directamente pela Sociedade e os encargos com os respectivos colaboradores, nomeadamente com os signatários de um acordo de cedência celebrado com o Banco de Portugal.

— Acréscimos e Diferimentos

Nesta rubrica são registados pagamentos efectuados no exercício, relativos a custos do ano seguinte, nomeadamente, relativos a licenças de aplicações informáticas.

— Contas de ordem

Nos termos do n.º 3.1 da Norma n.º 12/95-R de 6 de Julho, do Instituto de Seguros de Portugal, a relevação das contas do Fundo de Pensões do Banco de Portugal está desenvolvida na classe 0 - Contas extrapatrimoniais, nas seguintes contas principais:

01 - Fundo de Pensões do Banco de Portugal; e

02 - Gestão do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

Estas contas apresentam saldos simétricos, em 31 de Dezembro de 2009, de 1.262.326.043 euros.

Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
Vitor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa
Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Certificação Legal das Contas



Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 2.754.386 Euros e um total de capital próprio de 2.447.442 Euros, incluindo um resultado líquido de 214.046 Euros), as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e por Funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 12 de Março de 2010

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto nos artigos nºs 420º e 421º do Código das Sociedades Comerciais e no cumprimento das funções de Fiscal Único da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, procedemos à fiscalização dos actos do Conselho de Administração da Sociedade, averiguámos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da Sociedade, procedemos à verificação periódica dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos de suporte, efectuámos testes por amostragem às transacções e saldos e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos ainda à verificação do Balanço, Demonstração de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa e dos respectivos Anexos, bem como dos princípios contabilísticos subjacentes. Do Conselho de Administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos.

Nesta data, emitimos a Certificação Legal das Contas, sem reservas, que consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao que ficou dito na Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Aproveem o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2009 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aproveem a proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Lisboa, 12 de Março de 2010

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)





Fundo de Pensões do Banco de Portugal

**Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos
e Despesas**

**Notas à Situação Patrimonial e à Demonstração
de Rendimentos e Despesas**

Certificação das Contas

Situação Patrimonial – F. P. B. P.

Aplicações do Fundo	Nota	2009	2008
Terrenos e Edifícios	4	68.674.344	70.331.254
Imóveis em Negociação	4	0	0
Títulos de Crédito	5	1.157.189.763	1.076.454.523
Numerário e Depósitos Bancários	6	27.239.668	8.801.374
Devedores e Credores Geral	7	-219.264	-4.027.908
Acréscimos e Diferimentos	8	9.441.532	9.748.581
		1.262.326.043	1.161.307.823
(Ver Notas Anexas)		(em Euros)	

Demonstração de Rendimentos e Despesas – F. P. B. P.

Acréscimos ao Valor do Fundo	Nota	2009	2008
Contribuições	10	47.235.452	44.000.681
Rendimentos	11	30.987.628	31.170.736
Mais-Valias	12	133.610.037	97.212.582
Outras Receitas		192.729	12.587
		212.025.846	172.396.586
		(em Euros)	

Valor do Fundo	Nota	2009	2008
Património inicial		4.987.979	4.987.979
Resultados e contribuições acumuladas de exercícios anteriores		1.156.319.844	1.178.287.100
Resultados e contribuições acumuladas do exercício		101.018.220	-21.967.256
	9	1.262.326.043	1.161.307.823
(Ver Notas Anexas)		(em Euros)	

Decréscimos ao Valor do Fundo	Nota	2009	2008
Pensões vencidas	13	54.042.630	50.727.272
Comissões de mediação		1.435	1.670
Impostos	12	56.322.369	142.951.884
Menos-Valias	14	641.192	683.016
Outras Despesas		111.007.626	194.363.842
Resultados do exercício		101.018.220	-21.967.256
		(em Euros)	

Notas à Situação Patrimonial e à Demonstração de Rendimentos e Despesas

1.

CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

O Fundo de Pensões do Banco de Portugal (Fundo) foi constituído pelo Banco de Portugal, na qualidade de Associado Fundador, por escritura pública celebrada em 15 de Setembro de 1988 no 9º Cartório Notarial de Lisboa. A Sociedade Gestora outorgou o contrato constitutivo enquanto entidade gestora, qualidade que adquiriu pela celebração prévia com o Banco de Portugal de um contrato de gestão do Fundo.

O Fundo de Pensões é constituído por um património autónomo e exclusivamente afecto ao cumprimento das responsabilidades, assumidas pelo Banco de Portugal, relativas ao pagamento de benefícios de reforma, invalidez e sobrevivência, bem como aos encargos com contribuições pós reforma para o serviço de assistência médico-social (SAMS). É um fundo fechado e afecto à realização de um plano de benefícios definidos, posicionando-se ao nível do primeiro pilar de protecção social.

2.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APRESENTADAS

As contas anexas foram preparadas de acordo com os registos contabilísticos existentes na Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S. A..

Estas contas sumarizam as transacções e o património líquido do Fundo. Não consideram as responsabilidades referentes a pensões ou outros benefícios a pagar no futuro. A posição actuarial do Fundo, contemplando tais responsabilidades, é expressa no relatório actuarial. A leitura destas demonstrações financeiras deve ser efectuada em conjunto com o referido relatório (ver Nota 15).

3.

PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

a) Geral

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com as normas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

As contas foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pela adopção do princípio do valor actual relativamente aos investimentos em terrenos, edifícios e títulos de crédito) e na base da continuidade das operações, em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais da consistência, prudência e especialização dos exercícios.

b) Terrenos e Edifícios

Os terrenos e edifícios são contabilizados inicialmente ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra, sendo esse valor posteriormente actualizado por avaliações efectuadas por entidades independentes, de acordo com o disposto na Norma n.º 9/2007, de 28 de Junho, do Instituto de Seguros de Portugal.

As mais e menos valias não realizadas, decorrentes da actualização do valor dos imóveis, são reflectidas na Demonstração de Rendimentos e Despesas, no exercício em que a avaliação é efectuada.

c) Títulos de Crédito

Os investimentos financeiros em carteira à data de 31 de Dezembro de 2009 encontram-se valorizados ao justo valor, em conformidade com a Norma n.º 9/2007, de 28 de Junho, do Instituto de Seguros de Portugal. No cumprimento da referida Norma, para os títulos cotados cuja cotação se afaste de forma significativa do justo valor de realização, é utilizada, para efeitos de valorização, uma metodologia económica ajustada ao tipo de activo financeiro em causa.

Nos termos da legislação aplicável, a valorização da carteira de títulos cotados, que apresentem reduzida liquidez nos mercados regulamentados, e que sejam maioritariamente transaccionados em operações fora de bolsa, é efectuada através do recurso a preços disponibilizados pelos principais fornecedores de informação financeira.

A diferença entre o justo valor dos títulos e o respectivo custo de aquisição é registada nas rubricas Mais e Menos-Valias, consoante o caso, da Demonstração de Rendimentos e Despesas. A diferença entre o produto da venda dos títulos e o valor pelo qual se encontra contabilizado é, também, registada nas mesmas rubricas.

d) Contribuições

As contribuições para o Fundo, efectuadas pelo Banco de Portugal, são registadas, quando efectivamente recebidas, na rubrica Contribuições da Demonstração de Rendimentos e Despesas (ver Nota 10).

e) Rendimentos

Os rendimentos respeitantes a rendas de imóveis e rendimentos de títulos são contabilizados no período a que respeitam, excepto no caso de dividendos, que apenas são reconhecidos quando recebidos.

f) Pensões

As pensões são pagas aos beneficiários através do Banco de Portugal, que é posteriormente ressarcido pelo Fundo, numa base mensal, do valor global despendido (ver Nota 13).

g) Comissões

As comissões são contabilizadas na respectiva rubrica da Demonstração de Rendimentos e Despesas no período a que se referem, independentemente da data do seu pagamento.

As comissões ainda não liquidadas são registadas por contrapartida da rubrica de Acréscimos de Custos e as comissões pagas antecipadamente em relação ao período a que se referem são registadas na rubrica de Custos Diferidos (ver Nota 8 a)).

h) Produtos derivados

Os contratos de *forward* cambiais, realizados com a finalidade de cobertura do risco cambial associado à carteira de títulos, são reavaliados às taxas de câmbio correspondentes ao prazo remanescente, implícitas nas cotações cambiais *forward* divulgadas pelos sistemas de informação financeira internacionalmente reconhecidos, sendo utilizado o valor médio das ofertas de compra e venda divulgadas à data da reavaliação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas representam o proveito ou o custo das reavaliações, sendo registadas numa conta de acréscimos ou decréscimos ao valor do fundo, respectivamente, nomeadamente na rubrica de Menos ou Mais-valias, por contrapartida da conta Acréscimos e Diferimentos.

i) Regime fiscal aplicável

Os Fundos de Pensões estão isentos de pagamento de IRC e de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), de acordo com o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

	2009			2008	
	Data da última Avaliação	Valor de Investimento	Ajustamentos	Valor de Balanço	Valor de Balanço
Avenida da República	2008	8.055.047	10.117.593	18.172.640	18.172.640
Avenida da Liberdade - Edifício Libersil	2009	10.045.180	3.538.780	13.583.960	14.400.000
Avenida de Berna - Espaço Berna	2009	12.796.688	323.312	13.120.000	13.920.000
Edifício Y	2009	4.537.154	1.021.976	5.559.130	5.600.000
Edifício Castilho	2007	18.245.203	-6.589	18.238.614	18.238.614
		53.679.272	14.995.072	68.674.344	70.331.254

(em Euros)

O valor de investimento inclui o preço base, encargos legais e outras despesas. O valor dos ajustamentos corresponde às menos-valias potenciais apuradas no exercício de 2009, no valor de 1.656.910 euros, e de exercícios anteriores (mais-valia de 16.651.982 euros).

As avaliações devem ocorrer todos os três anos, ou antes de decorrido este prazo, quando se verificarem desajustamentos materialmente relevantes entre o valor líquido de balanço do imóvel e o seu valor de mercado.

Em 2009, foram apuradas as seguintes valias potenciais:

Edifício	Valias Potenciais
Avenida da Liberdade - Edifício Libersil	-816.040
Avenida de Berna - Espaço Berna	-800.000
Edifício Y	-40.870
Total	-1.656.910
(em Euros)	

5.

TÍTULOS DE CRÉDITO

	2009			2008
	Valor de Aquisição	Ajustamentos	Valor de Mercado	Valor de Mercado
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL				
Acções				
Títulos de Participação				
Unidades de Participação em Fundos de Investimento	168.492.582	17.305.189	185.797.771	117.667.229
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO - OBRIGAÇÕES				
De Dívida Pública	920.942.125	25.717.455	946.659.580	953.503.276
De Outros Emissores Supranacionais	0	0	0	5.284.017
De Outros Emissores	23.954.565	777.846	24.732.411	0
	1.113.389.272	43.800.490	1.157.189.763	1.076.454.523
(em Euros)				

O valor dos ajustamentos corresponde às mais ou menos valias potenciais apuradas pela diferença entre o valor de mercado e o valor de aquisição histórico. No exercício de 2009, o valor líquido das mais e menos valias potenciais registadas na Demonstração de Rendimentos e Despesas ascendeu a um valor de 43.457.888 euros (ver Nota 12). O restante valor de 342.602 euros é relativo a exercícios anteriores.

6.

NUMERÁRIO E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Numerário	719	719
Depósitos à ordem	1.238.950	600.655
Depósitos a prazo	26.000.000	8.200.000
	27.239.668	8.801.374

(em Euros)

7.

DEVEDORES E CREDITORES GERAIS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
ACTIVOS CORRENTES		
Corretores e Intermediários Financeiros	0	0
Impostos (a)	450	450
Arrendatários	141.673	126.584
Produtos Derivados (b)	0	0
Outros	4.752	693
	146.875	127.727
PASSIVOS CORRENTES		
Corretores e Intermediários Financeiros	9.398	0
Impostos (a)	83.925	46.409
Credores – Edifícios	146.453	148.726
Outros	126.363	116.666
Produtos Derivados (b)	0	3.843.835
	366.139	4.155.635
Valor líquido	219.265	-4.027.908

(em Euros)

(a) Impostos - IVA

Esta rubrica englobava essencialmente o IVA suportado nas obras de reconversão do edifício Libersil, a reportar para períodos seguintes.

(b) Produtos Derivados

A política de utilização de derivados baseou-se exclusivamente na utilização de contratos de *forward* cambiais, para cobertura do risco cambial do investimento realizado em *Exchange Traded Funds* denominados em quatro divisas distintas: libras esterlinas, dólares norte-americanos, ienes japoneses e francos suíços. Em 31 de Dezembro de 2009 não existiam posições de *forwards* cambiais em aberto.

8.**ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS**

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Juros a Receber		
De títulos de crédito	9.441.303	9.740.865
De depósitos a prazo	9.800	17.095
Rendas recebidas	0	
Outros acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos – a)	-9.900	
Outros	329	329
	9.441.532	9.748.581

(em Euros)

9.**VALOR DO FUNDO**

As variações no valor do Fundo apresentam-se como segue:

	2008	2009
VALOR DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO	1.161.307.823	
Acréscimos por contribuições (Nota 10)		47.235.452
Decréscimos por pensões vencidas e reembolsos (Nota 13)		54.042.630
Resultado financeiro		107.825.398
		101.018.220
VALOR DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO (A)		1.262.326.043
Por memória:		
RESPONSABILIDADES POR SERVIÇOS PASSADOS (B)	1.159.582.431	1.270.946.154
Excedente face às responsabilidades (A-B)		-8.620.111

(em Euros)

10. CONTRIBUIÇÕES

As contribuições correntes, para além da componente relativa ao associado, incluem também as contribuições efectuadas pelos colaboradores do Banco de Portugal, nas condições definidas pelos respectivos planos.

11. RENDIMENTOS

Esta rubrica representa os rendimentos obtidos, com a seguinte natureza:

	2009	2008
Terrenos e edifícios	4.362.421	4.290.596
Títulos de crédito		
Acções		0
Títulos de participação		
Fundos de Investimento Imobiliário e Mobiliário	1.368.518	2.063.669
Obrigações		
de Dívida Pública	24.146.701	23.998.589
de outros emissores públicos	39.281	231.700
de outros emissores	885.219	98.739
	26.439.719	26.392.697
Depósitos à ordem	6.830	58.645
Depósitos a prazo	178.658	428.798
	185.488	487.444
	30.987.628	31.170.736

(em Euros)

12.

MAIS E MENOS-VALIAS

As mais e menos-valias registadas no exercício desdobram-se como segue:

	2009	2008
MAIS E MENOS-VALIAS POTÊNCIAIS		
Terrenos e edifícios		
Mais-valias	0	0
Menos-valias	1.656.910	327.360
	-1.656.910	-327.360
Títulos de crédito		
Mais-valias	61.840.618	60.595.963
Menos-valias	18.380.650	87.556.950
	43.459.968	-26.960.987
Outros		
Mais-valias	3.206	6.693
Menos-valias	5.286	4.706
	-2.080	1.987
MAIS E MENOS-VALIAS REALIZADAS		
Terrenos e edifícios		
Mais-valias	0	0
Menos-valias	0	0
	0	0
Títulos de crédito		
Mais-valias	38.837.421	15.397.505
Menos-valias	3.327.536	31.607.694
	35.509.884	-16.210.188
Derivados		
Mais-valias	32.170.530	17.644.048
Menos-valias	31.809.652	20.503.933
	360.878	-2.859.885
Outros		
Mais-valias	758.263	3.568.373
Menos-valias	1.142.336	2.951.241
	-384.073	617.132
Total das Mais-Valias	133.610.037	97.212.582
Total das Menos-Valias	56.322.369	142.951.884
Valor Líquido	77.287.668	-45.739.302

(em Euros)

13.

PENSÕES E CAPITALIS VENCIDOS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Pensões pagas	48.390.686	46.060.289
Capitais vencidos	2.453.713	1.327.608
Encargos inerentes ao pagamento de pensões	2.900.701	2.883.700
Subsídio de morte	297.529	266.647
Sub-Total	54.042.630	50.538.244
Reembolsos	0	141.280
Transferência de direitos	0	47.749
Total	54.042.630	50.727.272

(em Euros)

14.

OUTRAS DESPESAS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Financeiras - a)	266.170	123.758
Edifícios - b)	338.372	491.507
Despesas extraordinárias	21.167	67.750
Outras despesas	15.484	0
	641.192	683.016

(em Euros)

a) Despesas Financeiras

Esta rubrica engloba as despesas suportadas pelo Fundo de Pensões, relativas ao serviço de custódia global dos activos financeiros.

b) Despesas com edifícios

Esta rubrica engloba os custos normais com a gestão e manutenção dos imóveis.

15.

INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO ACTUARIAL

A Sociedade Gestora publica, como parte integrante do seu relatório de prestação de contas, os resultados actuariais do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, reportados a 31 de Dezembro de 2009.

16.

RESPONSABILIDADES FISCAIS

O Banco de Portugal assume as responsabilidades fiscais, ao abrigo do contrato de representação celebrado com a Sociedade Gestora em 17 de Outubro de 2006, onde se estabelece que compete ao primeiro:

- a) pagar por conta e ordem da Sociedade Gestora as pensões de reforma e de sobrevivência aos respectivos beneficiários;
- b) reter na fonte as contribuições e impostos devidos, para posterior entrega às entidades competentes;
- c) liquidar por encontro de contas com as quantias pagas ao abrigo da alínea a), as contribuições devidas ao Fundo de Pensões respeitantes aos seus trabalhadores.

O Banco de Portugal tem executado e continuará a executar o referido contrato, enquanto o mesmo se mantiver em vigor, e no âmbito desse contrato assumirá todas as responsabilidades inerentes.

Certificação das Contas



Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões do Banco de Portugal (Fundo), as quais compreendem a Situação Patrimonial em 31 de Dezembro de 2009, que evidencia um total de aplicações de 1.262.326.043 Euros e um valor do fundo no mesmo montante, incluindo um resultado do exercício 101.018.220 Euros e a Demonstração de rendimentos e despesas do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Fundo de Pensões do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2009 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e de harmonia com as Normas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal para o sector dos Fundos de Pensões.

Lisboa, 12 de Março de 2010

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)





Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S. A., pessoa colectiva n.º 502029676,
matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 69134,
com sede na Avenida da República, nº 57 - 7º em Lisboa e com o Capital Social de 1.000.000 de euros.

Depósito Legal n.º 102.183/96

Capa: "A Merenda", óleo sobre tela de Túlio Vitorino, da colecção do Banco de Portugal.

Impressão e acabamento: Ligrate, Lda.

Junho de 2010

|

|

|

|